

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – 2023/2

O Ensino de História Social do Trabalho no Novo Ensino Médio: uma análise do Componente Curricular Obrigatório Mundo do Trabalho no RS (2021-2023)

Sofia Konzen Naime¹

Orientadora: Clarice Gontarski Speranza

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo analisar os documentos do Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio que regem a implementação da reforma do Ensino Médio em relação aos conteúdos de história do Componente Mundo do Trabalho, no Rio Grande do Sul, em contraste com as produções historiográficas recentes sobre os mundos do trabalho e suas dimensões propositivas com o Ensino de História na Educação Básica. A pesquisa se insere no campo de Ensino de História em uma interface com o campo da História Social do Trabalho. A partir da análise desses documentos, procura-se identificar o que vem sendo produzido de intervenções pedagógicas e recursos didáticos dentro do mundo acadêmico para que possam aproximar os estudantes dessa temática, incentivando a reflexão sobre as relações de trabalho e contribuindo para os debates sobre as formas pelas quais o Ensino de História Social do Trabalho está inserido nos documentos mencionados e como ele emerge no currículo escolar.

Palavras-chave: Ensino de História, História Social do Trabalho, Reforma Ensino Médio.

Abstract: The present research aims to analyze the documents of the Gaucho Curricular Reference for High School that govern the implementation of the High School reform in relation to the history contents of the World of Work Component, in Rio Grande do Sul, in contrast to recent historiographical productions about the worlds of work and their propositional dimensions with the Teaching of History in Basic Education. The research falls within the field of History Teaching, in interface with the field of Social History of Work. From the analysis of these documents, we seek to identify what has been produced in pedagogical interventions and teaching resources within the academic world so that it can bring students closer to this topic, encouraging reflection on labor relations and contributing to debates about the ways in which the Teaching of Social History of Work is inserted in normative documents and how it emerges in the school curriculum.

Key-words: History Teaching, Social History of Work, High School Reform.

¹Trabalho de Conclusão de Curso de graduação no formato de artigo de periódico apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História. Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Clarice Gontarski Speranza.

Introdução

Desde o começo do curso de Licenciatura em História, desenvolvi um interesse na área de Ensino de História, que cresceu na medida em que realizei os estágios obrigatórios de docência. Um importante momento dessa trajetória acadêmica foi a participação na disciplina ministrada pelo professor Enrique Serra Padrós, que nos apresentou a perspectiva educacional de Paulo Freire e a uma educação como prática de liberdade, pública e comprometida com a transformação social. Essa concepção norteou minha prática docente e as vivências que experimentei em sala de aula.

Neste mesmo semestre, também frequentei a disciplina de História do Trabalho e dos Trabalhadores Brasileiros. Ambas foram realizadas no início de 2020, durante o período de ensino remoto emergencial que ocorreu por conta da pandemia do covid-19. Essas experiências foram significativas para as futuras escolhas ao longo do curso. A História Social do Trabalho foi uma temática em que busquei me aprofundar. Entre 2022 e 2023, desenvolvi, por meio de uma bolsa de iniciação científica, uma pesquisa que resultou na apresentação do estudo “O direito dos que vivem do trabalho: uma greve legal em plena ditadura civil-militar (Caxias do Sul, RS, 1972)” no XXXV Salão de Iniciação da UFRGS.

No primeiro semestre de 2023, quando realizei o estágio obrigatório de docência no Ensino Médio, as escolas já haviam implantado o Novo Ensino Médio, sendo este amparado pela Lei nº 13.415/2017 e regido pelo Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio (RCGEM) —, documento produzido pelo estado do Rio Grande do Sul em que estão inclusas as mudanças de carga horária, os novos componentes obrigatórios e os itinerários informativos. Tive a oportunidade de entrar em contato com uma turma do primeiro ano que cursava o componente curricular "Mundo do Trabalho". Ao conversar com os alunos a respeito das mudanças, perguntei-lhes sobre os conteúdos abordados em classe. Suas respostas me fizeram levantar a seguinte questão: como o ensino da História Social do Trabalho se realiza em sala de aula?

Inicialmente, a ideia era observar as aulas deste componente analisando o seu processo de implementação. Buscava também averiguar as percepções e opiniões dos professores de História do Ensino Médio a respeito das reformulações feitas até o momento e como eles percebiam os desafios e as possibilidades no ambiente escolar. Entretanto, me deparei com dificuldades para a efetivação da pesquisa. Enfrentei a recusa em duas escolas: a primeira, não permitia observações; já na segunda, a

professora responsável pela disciplina optou por não participar. Além disso, me confrontei com desafios ao tentar agendar entrevistas com os docentes. Houve cancelamentos de última hora e não consegui reagendar com outros contatos. O fato de o semestre acadêmico coincidir com o período mais atribulado do ano, isto é, com a realização de provas, fechamento de notas, conselhos de classe e pré-férias escolares, dificultou a viabilização da proposta inicial do projeto. Diante desses contratemplos, foi necessário readequar a dinâmica do trabalho.

Portanto, o presente artigo, que também se configura como o Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura em História, analisa os documentos do Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio, em especial os conteúdos do componente “Mundo do Trabalho”, contrastando-os com as produções historiográficas recentes e suas dimensões propositivas para o ensino de História na Educação Básica. Objetiva-se identificar o que vem sendo produzido de intervenções pedagógicas e recursos didáticos dentro da esfera universitária para aproximar os estudantes desta temática e incentivar a reflexão sobre as relações de trabalho. A partir da metodologia de revisão bibliográfica, a pesquisa visa contribuir com os debates sobre o ensino de História Social do Trabalho construindo, assim, um diálogo entre as produções acadêmicas e a escola.

Sobre a metodologia de revisão bibliográfica, destaco o que Yolvi Ocaña-Fernández e Doris Fuster-Guillén consideram aspectos essenciais nesse processo². Os autores ressaltam que a construção de novos conhecimentos baseia-se em conhecimentos prévios. Desse modo, referenciar a literatura consultada, estabelecer conexões, realizar análises críticas e propor linhas de investigação permite um maior exame das limitações, o que proporciona uma visão mais completa e crítica do tema abordado. Salienta-se, também, que essa metodologia tem a capacidade de fornecer evidências sobre uma temática, auxiliando a identificar lacunas no conhecimento e oportunidades de investigação, contribuindo com ideias e teorias para orientar novas pesquisas³.

Nesse sentido, José D’Assunção Barros determina que “as obras a serem discutidas na Revisão Bibliográfica devem ser reduzidas às mais valiosas para a

² OCAÑA-FERNÁNDEZ, Yolvi; FUSTER-GUILLÉN, Doris. A revisão bibliográfica como metodologia de pesquisa. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São Cristóvão, v. 14, n. 33, p. e15614, 2021. DOI: 10.20952/revtee.v14i33.15614. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/15614>. Acesso em: 15 jan. 2024.

³ *Ibidem*, p. 4.

investigação e para a colocação do problema”⁴. Como meio de estabelecer um diálogo entre as recentes produções historiográficas sobre o Mundo do Trabalho e a Educação Básica, ele estabelece como um potencializador a intertextualidade, mantendo o *trabalho* em uma posição que se atualiza conforme as mudanças sociais e se conecta com a coletividade científica⁵.

É importante ressaltar que a reforma enfrentou resistências e críticas significativas por parte da comunidade escolar. No momento em que este artigo foi elaborado, o projeto do Novo Ensino Médio estava em movimento e novas discussões a respeito de sua alteração, assim como pedidos de revogação estavam previstos.

Diante das críticas direcionadas ao atual modelo, especialmente em relação à falta de infraestrutura nas escolas, de formação adequada aos professores e à redução da carga horária de disciplinas tradicionais, o Ministério da Educação (MEC) iniciou uma consulta pública envolvendo representantes de diferentes entidades para chegar a um consenso. Diversas propostas estavam em pauta, variando de um aumento de 1,8 mil horas para 2,1 mil horas chegando até a 2,4 mil horas. Tudo isso acompanhado por uma redução na carga horária para disciplinas optativas de 1,2 mil horas para 600. Dentre as proposições, evidencio a retomada de todas as disciplinas obrigatórias do Ensino Médio, incluindo o ensino da Língua Espanhola, a delimitação de quatro itinerários formativos abrangendo ao menos três áreas do conhecimento e a revogação da inclusão de profissionais não licenciados, com reconhecimento de notório saber, da categoria de profissionais do magistério⁶.

De acordo com o Portal Metrôpoles, no dia 28 de dezembro de 2023, o vice-presidente do país Geraldo Alckmin expressou sua intenção de dialogar com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, visando acelerar a aprovação do projeto que atualiza as normas do Ensino Médio. As discussões encontram um impasse em relação à carga horária destinada às disciplinas obrigatórias de formação geral

⁴BARROS, José D’Assunção. A Revisão Bibliográfica – Uma Dimensão Fundamental para o Planejamento Da Pesquisa. Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, Juiz de Fora, v. 13, n. , p. 103-111, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18708/9826>> Acesso em: 15 jan. 2024, p. 104.

⁵Ibidem, p.107.

⁶SANTOS, Emily. Após críticas e consulta pública, projeto de lei que muda Novo Ensino Médio é enviado para o Congresso. G1, 24. out. de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/10/24/apos-criticas-e-consulta-publica-sobre-reforma-mec-a-presenta-proposta-para-novo-ensino-medio.ghtml>> Acesso em: 10 dez. 2023.

básica. A expectativa inicial era de que o projeto fosse votado ainda em 2023, no entanto o debate persiste e se estende ao ano de 2024⁷.

Explicitado isso, pontuo que estruturei o presente artigo em três partes. No primeiro momento, apresento a reforma do Ensino Médio e o Referencial Curricular Gaúcho. A seguir, realizo uma análise dos regimentos do componente curricular obrigatório “Mundo do Trabalho”, discutindo a importância e as transformações ocorridas no campo da História Social do Trabalho. Por fim, faço uma análise das produções historiográficas sobre o Ensino de História do Trabalho, destacando as dimensões propositivas e os recursos didáticos desenvolvidos para aproximar os estudantes dessa temática.

O Novo Ensino Médio

A reforma do Ensino Médio foi delineada durante o governo de Michel Temer, quando se editou a Medida Provisória (MP) nº 746/2016⁸, mais tarde convertida na Lei nº 13.415 de fevereiro de 2017⁹. Essa nova legislação introduziu mudanças significativas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), especialmente no que tange ao currículo do Ensino Médio. Um dos principais enfoques foi o conteúdo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹⁰ que, na época de sua implementação, ainda não estava completamente finalizada. Pode-se dizer que a

⁷TEÓFILO, Sarah. Alckmin diz que vai conversar com Lira para acelerar o novo ensino médio. *Metrópoles*, 28 dez. de 2023. Disponível em: <<https://www.metrosoles.com/brasil/alckmin-diz-que-vai-conversar-com-lira-para-acelerar-novo-ensino-medio>> Acesso em: 28 dez. 2023.

⁸BRASIL. Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 set. 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm> Acesso em: 10 dez. 2023.

⁹BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm>. Acesso em: 10 dez. 2023.

¹⁰A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

reformulação do Ensino Médio divide-se, então, em dois fatores principais: a flexibilização do currículo e a extensão da carga horária.

Conforme a legislação vigente, a ampliação da carga horária visa aumentar o período mínimo na escola de 800 para 1.000 horas anuais, totalizando 3.000 horas ao longo dos três anos, em comparação às 2.400 de anos anteriores. Para a nova composição do currículo, uma parcela de tempo é reservada para a integralização da Base Nacional Comum Curricular¹¹. Esta, por sua vez, define os direitos e metas de aprendizagem, alinhada às diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE), abrangendo áreas específicas do conhecimento como Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e formação técnica e profissional. O restante da carga horária destina-se aos itinerários formativos, permitindo que o estudante escolha as áreas do conhecimento que deseja se aprofundar¹².

Neste artigo, será adotado um recorte geográfico centrado no estado do Rio Grande do Sul, utilizando-se do seu documento regulamentador: o Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio¹³. Este é apresentado como um guia orientador para as redes de ensino sul-rio-grandense. Seu objetivo é oferecer suporte pedagógico, organizar e unificar as ações educacionais servindo como ponto de partida para a análise da implementação dessas diretrizes na região.

A partir de 2022, de maneira gradual, as escolas estaduais colocaram em prática o Novo Ensino Médio. De acordo com a legislação, os itinerários formativos integram a parcela diversificada do currículo, cabendo a cada unidade federativa a responsabilidade

¹¹ Esta parcela de tempo não pode ultrapassar 1.800 horas do total do Ensino Médio

¹²BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 10 dez. 2023.

¹³ O Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio (RCG/EM) foi elaborado em regime de colaboração entre a Secretaria Estadual da Educação (SEDUC), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME), o Sindicato do Ensino Privado no Rio Grande do Sul (SINEPE/RS) e assessoria do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED. A SEDUC conduziu a construção do documento a partir de seleção via edital público de professores da rede estadual de ensino em novembro de 2020, contando com a colaboração de 36 docentes selecionados, sendo 18 deles titulares e 18 suplentes. O documento foi entregue ao Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEED/RS) em dezembro de 2020 para discussão e deliberação acerca de seu conteúdo. Em 20 de outubro de 2021 o CEEEd/RS homologou o Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio, que foi instituído pela Resolução CEEEd nº 361/2021 nos termos do Parecer CEEEd nº 0003/2021. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/24135335-referencial-curricular-gaucha-em.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2023.

por defini-los. Estes itinerários são compostos por trilhas de aprofundamento, componentes curriculares obrigatórios e unidades curriculares eletivas. As trilhas são divididas em quatro áreas do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e Linguagens e suas Tecnologias.

Essas áreas possuem duas temáticas que, por sua vez, abrangem outras três trilhas, perfazendo um total de vinte e quatro, previstas segundo o Referencial Curricular Gaúcho. Em cada uma delas há uma área focal e outra complementar que são caracterizadas como conjuntos de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras atividades. Estas podem ser escolhidas pelos estudantes ao término do primeiro ano do Ensino Médio, de acordo com as opções disponíveis na escola. As redes de ensino pública e privada têm autonomia para decidir quais trilhas oferecerão desde que haja um processo envolvendo a participação de toda a comunidade escolar, sendo obrigatório o mínimo de duas trilhas por escola.

Os componentes curriculares obrigatórios previstos no estado são: projeto de vida, mundo do trabalho, iniciação científica e cultura e tecnologias digitais. As Unidades Curriculares Eletivas (UCEs) são ofertadas trimestralmente, a partir do segundo ano, utilizando-se de estratégias pedagógicas como clubes, projetos de ensino, laboratórios, projetos de jovem aprendiz, entre outras opções. São modalidades complementares aos alunos que desejam reforçar, aprofundar ou diversificar sua formação em outros campos de conhecimento, a partir de metodologias definidas como “crítico-reflexiva e propositiva no permanente exercício da dialogicidade”¹⁴.

Já no tocante às eletivas, estão organizadas da seguinte maneira: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (*territórios: conflitos entre povos e culturas; cidadania, política e economia: entre o Brasil e o mundo*), Ciências da Natureza e suas Tecnologias (*beleza, mas que beleza?; um planeta no limite*), Linguagens e suas Tecnologias (*luz, câmera, ação; identidades juvenis e o universo digital*) e Matemática e suas Tecnologias (*algoritmos, para que te quero?; #euvejomatematicaemtudo*).

Observemos, a seguir, as ementas das eletivas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

¹⁴O caderno das Unidades Curriculares Eletivas Complementares com as ementas, metodologias e objetos de estudos está disponibilizado no Material de Apoio ao Professor no site do Ensino Médio Gaúcho. Disponível em: <https://ensinomediogaicho.educacao.rs.gov.br/doctos/cadernos_eletivas.pdf>, p.7. Acesso em: 10 dez. 2023.

Territórios: conflitos entre povos e culturas: reconhecer e analisar os diferentes territórios e seus conflitos, especialmente aqueles que têm maior proximidade com as histórias dos/as estudantes. Busca compreender as motivações que geram disputas e conflitos, explorando o uso da diplomacia, a vivência da ética e o respeito às diversidades. Visa debater as origens históricas, colonialistas, extrativistas e segregacionistas dos conflitos por terra, sua relação com a autodeterminação e o direito à existência dos povos tradicionais e originários¹⁵.

Cidadania, política e economia: entre o Brasil e o mundo: compreender o atual contexto geopolítico e econômico, a nível local e mundial, analisando-o e buscando indicar alternativas a partir de políticas públicas que afirmam cidadania, democracia, república e os três poderes, ciência, sustentabilidade e relações internacionais, protagonismo e autonomia dos/as estudantes, as economias do futuro¹⁶.

Conforme Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner¹⁷, as ementas previstas possibilitam um diálogo com a perspectiva da prática do Ensino de História. Os autores defendem que elas sejam uma ferramenta de problematização e de fomentação do pensamento crítico, permitindo aos estudantes se observarem em sua historicidade, a partir de suas determinações socioculturais, uma vez que eles são agentes históricos. Nesse sentido, há uma aproximação com o pensamento de Paulo Freire que designa como tarefa primordial ao educador democrático se aproximar da realidade do aluno e não apenas se limitar à superficialidade do conteúdo a ser ensinado¹⁸.

Analisando a organização da matriz curricular¹⁹, nota-se que a distribuição da carga horária destinada à formação geral básica diminui ao longo dos três anos do Ensino Médio. Inicialmente, são alocadas 800 horas que, no segundo ano, são reduzidas a 600, culminando em 400 no terceiro, perfazendo um total de 1.800 horas. No currículo do Ensino Médio anterior eram destinadas 800 horas para a formação geral básica em cada etapa, somando uma carga horária de 2.400 horas. Houve, portanto, uma diminuição de 600 horas destinadas às disciplinas básicas, acarretando em prejuízos aos estudantes do terceiro ano que prestam o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e os vestibulares para ingressar nas universidades.

¹⁵ Ibidem. p. 7.

¹⁶ Ibidem. p. 11.

¹⁷ PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008, p. 119

Freire, Paulo. Não há docência sem discência. *In*. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019, p. 12-20

¹⁸ Freire, Paulo. Não há docência sem discência. *In*. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019, p. 12-20.

¹⁹ A arquitetura da Matriz Curricular está disponível no Material de Apoio ao Professor no site do Ensino Médio Gaúcho. Disponível em: <https://ensinomediogaucho.educacao.rs.gov.br/doctos/seminario_EM.pdf> Acesso: 10. dez. 2023.

Já a carga horária representada pela parcela flexível do currículo cresce em importância. É preciso evidenciar que nem todas as disciplinas consideradas de formação básica são disponibilizadas nos três anos do E.M., a exemplo de Artes, Educação Física, Língua Espanhola, Literatura, Ensino Religioso, Filosofia e Sociologia, que são ministradas em apenas uma das etapas. Já as relacionadas às Ciências da Natureza, como Biologia, Física e Química, são ofertadas exclusivamente no primeiro e segundo ano, não havendo nenhuma carga horária destinada a elas no último. Por fim, Língua Inglesa, História e Geografia, embora presentes nos três anos, contam com uma redução no último, passando de dois períodos semanais para apenas um.

Ao examinar o Referencial Curricular Gaúcho, observa-se que o discurso serve para fundamentar o novo modelo educacional:

Dessa forma, destaca-se o protagonismo do estudante como um princípio essencial para a elaboração dos currículos do território do Rio Grande do Sul. Seu conceito remete à necessidade de reorientação das práticas educativas das redes com o olhar focado na implementação de metodologias que transformem compreensões e práticas. Isso significa, entre outras possibilidades, que os estudantes sejam agentes e desenvolvam maior autonomia, responsabilidades e compromissos conscientes dos papéis que desempenham na própria aprendizagem e na sociedade²⁰.

Essa flexibilização do currículo é justificada como forma de destacar o protagonismo do aluno, permitindo que ele desenvolva seu próprio projeto de vida. O documento dá um peso significativo às escolhas individuais das disciplinas a serem cursadas por cada estudante. No entanto, esse tipo de abordagem apenas reflete uma política de responsabilização pessoal pelo sucesso profissional, que nada mais é do que uma consequência do mundo transformado pela lógica neoliberal.

A reforma do Ensino Médio ocorreu de maneira imposta, primeiramente por uma Medida Provisória que interrompeu a oportunidade dos professores participarem de discussões e reflexões, no momento que estava sendo desenvolvida a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)²¹. É crucial compreender que há interesses de diversos

²⁰Referencial Curricular Gaúcho, p. 21. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202207/14142026-rcgem-jul-22.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2023.

²¹ Para entender sobre as disputas e embates durante a elaboração da BNCC e as fronteiras estabelecidas entre público e privado, consultar: CÔRREA, A.; MORGADO, J. C. O emaranhado de fios que envolve os contextos de influência e de produção da BNCC. Revista Teias, v. 20, n. 59, out./dez. 2019, p. 235-250.

setores em exercer controle e adquirir mais poder no âmbito educacional²². A aprovação pelo Congresso Nacional da legislação que implementa as alterações no Ensino Médio sem a participação ampla da sociedade e sem considerar as perspectivas dos profissionais deve ser questionada. Afinal, como aprovar uma lei que interfere diretamente em todo o sistema de educação sem ouvir a opinião daqueles que o frequentam? Como não levar em consideração o que pensam os sindicatos, os movimentos estudantis, docentes e estudantes?

Vânia Cardoso da Motta e Gaudêncio Frigotto²³, ao discutirem os argumentos utilizados para justificar a urgência na adoção de um novo currículo, salientam que o desenvolvimento do país, tanto no âmbito político quanto econômico, introduziu um enfoque no campo educacional que visa formar indivíduos alinhados às necessidades específicas do crescimento econômico. Os autores apontam que o investimento na educação, especificamente no aprimoramento do capital humano, potencializa a produtividade, tornando-se um elemento crucial nesse contexto:

Enfatiza os conhecimentos úteis que o estudante deve adquirir para impulsionar a produtividade dos setores econômicos, a fim de potencializar a competitividade nos mercados local e internacional, ou para criar condições de empregabilidade, isto é, desenvolver habilidades e competências que potencializem a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. A formação humana é diretamente articulada com a formação da força de trabalho, sendo esta considerada um dos fatores de produção, assim como o maquinário²⁴.

Portanto, a intenção subjacente está para além do aprimoramento e modernização do currículo, tornando-o mais atraente aos estudantes e assegurando-lhes a permanência escolar e os índices de desempenho. Seu propósito está no impulso à produtividade econômica a partir do sistema educacional. Ao relacionar a força de trabalho a um dos fatores de produção, equiparando-a ao maquinário, os autores

²²Elizabeth Macedo destacou alguns dos agentes políticos públicos e privados que estavam atuando nos debates sobre a BNCC e na construção de um sentido ao que significa 'educação de qualidade', realizado pelo empresariado. Ela levantou como a rede de parceiros da UNDIME, CONSED e CNE, estes por sua vez detêm uma posição importante no MEC. São constituídas por instituições filantrópicas, grandes corporações financeiras e empresas que deslocam impostos para suas fundações, produtores de materiais educacionais como: Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras — além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, esta que se vincula, por intermédio da rede Liberdade, à Fundação Atlas de livre mercado, Amigos da Escola. MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 3, p.1530-1555, out./dez. 2014.

²³MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun., 2017.

²⁴ Ibidem, p. 358.

destacam a perspectiva utilitarista presente nessa proposta de Ensino Médio, em que os alunos são vistos como instrumentos do processo de produção.

Luiz Carlos de Freitas²⁵ discute que a política educacional dos reformadores é centrada nas categorias de responsabilização e meritocracia. Estas, por sua vez, criam um ambiente propício para a privatização. A implementação de um ensino que não assegure condições equitativas de acesso favorece a educação privada e os lucros dela decorrentes, tornando-a a única alternativa viável na busca por um ensino de qualidade. Isso resulta na deterioração das condições da educação pública, da permanência dos estudantes e das oportunidades desses alunos acessarem o ensino superior.

Como exemplo, destaco a reportagem veiculada pelo jornal O Globo no dia 12 de novembro de 2023, às vésperas do segundo dia de provas do Enem, que demonstra a insatisfação e preocupação dos estudantes, especialmente das escolas públicas, que chegaram ao Enem com mais disciplinas dos itinerários formativos do que aquelas cobradas no exame nacional. Muitos deles afirmaram buscar por iniciativa própria, através de cursos *onlines* e vídeos de professores no *youtube*, compensar as lacunas dos conteúdos a fim de não ficar atrás na disputa por uma vaga²⁶.

Diante desse panorama emergem alguns questionamentos importantes, pois além de preparar os estudantes para o mercado de trabalho, o que se almeja ao discutir uma reforma educacional? Pretende-se também fomentar o desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã, ou a ênfase recai exclusivamente na formação de mão de obra? Fernando Seffner e Carmem Gil²⁷ ao pensarem sobre as propostas de reformulação do Ensino Médio no Brasil salientam a necessidade de um ensino que contribua para a redução da desigualdade social, oferecendo aos jovens a oportunidade de estudar e compreender a formação do país. Para eles, é necessário que se privilegiem propostas que construam “uma escola acolhedora aos jovens, e que cumpre com seus propósitos de educação científica e socialização para a participação política”²⁸. Uma reforma que retira a obrigatoriedade ou reduz drasticamente a carga horária de diversas

²⁵FREITAS, Luiz Carlos de. Os Reformadores Empresariais da Educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, p. 379-404, 2012.

²⁶ ALFANO, Bruno. Enem 2023: aluna do novo ensino médio fará a prova sem ter tido Química, Física, Biologia, Sociologia, História e Geografia no 3º ano. O Globo, 12 de nov. de 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/enem-e-vestibular/noticia/2023/11/12/enem-2023-aluna-do-novo-ensino-medio-fara-a-prova-sem-ter-tido-quimica-fisica-biologia-sociologia-historia-e-geografia-no-3o-ano.ghtml>> Acesso em: 10 de jan. de 2023.

²⁷ GIL, Carmen Z. V.; SEFFNER, Fernando. Dois monólogos não fazem um diálogo: jovens e ensino médio. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 175-192. jan/mar 2016.

²⁸ Ibidem, p. 188.

disciplinas consideradas de utilidade “menos prática” para os alunos, faz com que o estudo e o aprofundamento de temas relacionados à história, bem como questões envolvendo conflitos sociais que estruturam a sociedade brasileira sejam prejudicados e comprometam a formação dos jovens.

Segundo Daniel Cara, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, rede que coordenou entre 2006 e 2020, o Novo Ensino Médio pode ser classificado como um retrocesso para a educação pública brasileira. Ele alega que esse modelo é frágil e não forma os estudantes numa visão integral da sociedade. Para o professor, os estudantes serão divididos entre aqueles com acesso a um ensino introdutório insuficiente e os que terão um ensino técnico de baixa qualidade. Argumenta também que irá aumentar cada vez mais a disparidade entre os alunos de instituições públicas e privadas, visto que muitas escolas não são capazes de oferecer todos os itinerários e não possuem estrutura para desenvolvê-los²⁹.

Outra ponderação de Daniel Cara é que este é um período incerto na vida dos jovens, permeado por diversas dúvidas sobre seus projetos de vida, sendo constantes as mudanças de perspectivas que ocorrem ao longo dos três anos do Ensino Médio. Portanto, estruturar de maneira eficaz a Formação Geral Básica fortalece o ensino e valoriza a profissão docente. A flexibilização do currículo, visando torná-lo mais atrativo para ampliar os aprendizados é possível por meio da disponibilização de componentes curriculares que dialoguem com a Base Nacional Comum Curricular, podendo ser eletivos ou obrigatórios³⁰. As ementas das Unidades Curriculares Eletivas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas possibilitam uma prática de ensino de história questionadora, que não reproduz as relações de dominação social e a marginalização de determinados sujeitos no espaço escolar.

Exposto isso, passo, a seguir, a analisar os conteúdos de História previstos no Componente Mundo do Trabalho no Rio Grande do Sul. Examinarei como é possível realizar o ensino de História Social do Trabalho nessa disciplina, explorando como as recentes produções historiográficas estão dialogando com a Educação Básica.

²⁹ CARA, Daniel. Reforma do Ensino Médio é um retorno piorado à década de 90. Instituto Humanitas Unisinos, 10, fev. 2017. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/564734-reforma-do-ensino-medio-e-um-retorno-piorado-a-decada-de-90>> Acesso em: 10 jan. 2023.

³⁰ Ibidem.

Componente obrigatório *Mundo do Trabalho* e os *Mundos do Trabalho*

No Referencial Curricular Gaúcho são apresentados os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) da BNCC que devem ser incorporadas aos currículos e às propostas pedagógicas. O *trabalho* é apresentado como um dos TCTs. A pretensão é que as experiências educativas, interligadas com a realidade contemporânea, deem suporte aos estudantes no desenvolvimento de habilidades relevantes para sua formação integral, alegando que “recorre-se à formação de cidadãos conscientes e críticos, pois, desse modo, haverá trabalhadores éticos e comprometidos aptos ao mundo do trabalho”³¹. Dessa forma, o RCGEM estabelece o componente “Mundo do Trabalho” como obrigatório em todos os itinerários formativos.

Na estrutura da matriz curricular está prevista uma carga horária semanal de dois períodos destinados ao primeiro ano do Ensino Médio. No Caderno dos Componentes Obrigatórios³², encontra-se a apresentação da disciplina, a ementa, o perfil docente, a metodologia, as habilidades e competências, além de sugestões de objetos de conhecimento. Em relação à ementa, observa-se que:

[...] objetivo de suscitar discussões acerca da formação dos estudantes no que se refere à inserção social através do trabalho e renda.[...] orientar os jovens estudantes nas definições do seu futuro pessoal e profissional, visando ao sucesso do seu projeto de vida. Atitudes e comportamentos saudáveis e éticos são importantes para projetar cenários favoráveis à inserção no mundo do trabalho, do aperfeiçoamento da formação pessoal, técnica e/ou universitária.

[...] pesquisar vocações econômicas e campos de atuação profissional, conhecer as demandas de qualificação e de trabalho em diferentes escalas, são imprescindíveis para escolha de Itinerários Formativos que conjuguem seus desejos com as possibilidades reais de inserção social e profissional. Compreender o mundo do trabalho se coloca para além da profissionalização juvenil precoce porque objetiva envolver e acompanhar as características, evoluções, transformações, surgimento e diálogo com as novas ocupações e com as novas potencialidades profissionais, oportunizando a realização das escolhas na dinâmica sócio-histórica, ética-política, científico-cultural e econômico-financeira³³.

Nota-se que seu objetivo é instigar as discussões sobre a formação dos estudantes em relação à sua inserção no mundo profissional. Além disso, ela se

³¹Referencial Curricular Gaúcho, p. 87. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202207/14142026-rcgem-jul-22.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2023.

³² O Caderno dos Componentes Curriculares Obrigatórios está disponível no Material de Apoio ao Professor no site do Ensino Médio Gaúcho. Disponível em: <<https://ensinomediogaicho.educacao.rs.gov.br/>> Acesso: 10. dez. 2023.

³³ Ibidem, p.22.

estabelece como uma ferramenta para identificar vocações e apresentar possibilidades de carreiras, construindo uma base para a escolha do itinerário formativo que os alunos devem optar no segundo ano do Ensino Médio. Ao propor debates sobre atitudes e comportamentos, reforçando o protagonismo para a inserção no mercado de trabalho, a ementa adota uma abordagem simplificada e concentra-se na escolha de carreiras. Tal perspectiva negligencia a complexidade envolvida na definição de interesses e profissões para os jovens. Contudo, ela abre brecha para a elaboração de um ensino da História Social do Trabalho crítico, em diálogo com a bibliografia acadêmica, colocando-se como além da ‘profissionalização juvenil’ e oportunizando perspectivas ‘sócio-históricas’ analíticas.

Já no tocante ao perfil docente, estabelece-se o seguinte:

Perfil Docente: Preferencialmente Licenciados/as em Ciências Humanas e afins (Sociologia, Filosofia, Geografia, História, Psicologia) ou outra licenciatura com pós-graduação e/ ou experiência docente comprovada com a temática de educação e trabalho e da práxis interdisciplinar, comprometidos/as com pensar o mundo do trabalho sob a ótica da realização pessoal, humana, profissional e social, sustentados por horizontes da cidadania e da ética. Para a docência do componente Mundo do Trabalho espera-se uma abertura ao diálogo permanente com a comunidade escolar e com o setor produtivo local [...] valorizar o/a Professor/a pesquisador/a e o cultivo da autoria como métodos próprios de formação, produção e de trabalho pedagógico com condições de visualizar horizontes de autonomia científica e protagonismo³⁴.

Ao analisarmos essas definições, algumas perguntas se fazem necessárias, especialmente em relação à profundidade dos objetivos de aprendizagem. Verifica-se que são sugeridos objetos de conhecimento para os conteúdos das aulas. Todavia, dependendo da formação do professor designado — haja vista que foi estabelecido que qualquer licenciado é apto a ministrar —, pode haver variações significativas na abordagem pedagógica, no aprofundamento do conhecimento e na eficácia do ensino, posto que as áreas, mesmo que interdisciplinares, dispõem de diferentes práticas e metodologias.

Daniel Cara, em entrevista concedida à Revista Educação e Linguagens, argumenta que o fato de qualquer pessoa licenciada ser habilitada a ministrar a disciplina estabelecerá o generalismo como referência para a formação docente, o que reduz a demanda por concursos públicos. Ele destaca também que, caso haja uma tendência de estruturar a educação do país por áreas, tornando indistinta a formação

³⁴ Ibidem, p. 22

específica, os secretários estaduais não precisarão mais realizar concursos para professores especialistas, desvalorizando ainda mais o magistério³⁵.

No que diz respeito aos componentes obrigatórios, há uma organização a partir de quatro eixos estruturantes que estabelecem habilidades e competências, quais sejam: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo³⁶. As sugestões de objetos de conhecimento dispostas no RCGEM são:

- O trabalho como princípio educativo
- Os conceitos de politecnia e omnilateralidade
- Conceitos de trabalho no mundo contemporâneo (mundo do trabalho e mercado de trabalho)
- Distintas e diversificadas oportunidades profissionais
- Múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e geográficos
- As transformações técnicas, tecnológicas e informacionais
- Modos de produção: sistema capitalista (economia de mercado) e socialista (economia planificada)
- Indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços: comparações e análises
- Alternativas de trabalho e renda: trabalho informal, cooperativas, artesanato, associações, profissionais autônomos, prestadores de serviços, subempregos e outros
- Processos de estratificação e desigualdade socioeconômica
- Tecnologia e trabalho: conectividade, emergência sociodigital e fronteiras informacionais
- Acesso à Educação Profissional e Tecnológica e ao Ensino Superior (Tecnólogos, Licenciaturas, Bacharelados) em instituições públicas e privadas em formato EaD e/ou presencial
- Formação profissional e as demandas produtivas regionais atreladas a pesquisas e parcerias com instituições públicas e privadas
- Habilidades comportamentais e socioemocionais: disciplina, perseverança, comprometimento produtivo e em equipe, atitude profissional colaborativa, técnica e responsável
- As juventudes e o mundo do trabalho: escolhas profissionais e mercado de trabalho
- As mulheres no mundo do trabalho contemporâneo (oportunidades e desafios de ingresso e permanência e valorização salarial)
- As novas formas de inserção e ingresso dos jovens no mundo trabalho: empreendedorismo;
- Multiplicidade da economia do conhecimento e protagonismo dos jovens na cultura digital;
- Economia solidária e plural para o século XXI;
- Arranjos produtivos locais: diálogo e interface com o empreendedorismo inovador: incubadoras, startups e outros;

³⁵ BELOTI, Adriana. GRZECA, Francini Carla. BOHRER, Marcos. Novo Ensino Médio: Análise E Projeções: Entrevista com Daniel Cara. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 12, n. 23, jan./jun. 2023

³⁶ O Caderno dos Componentes Curriculares Obrigatórios está disponível no Material de Apoio ao Professor no site do Ensino Médio Gaúcho. Disponível em: <<https://ensinomediogaucho.educacao.rs.gov.br/>> Acesso: 10 dez. 2023, p. 23-24.

- Educação Financeira e Macroeconômica: recolhimento de impostos (IRPF / IPTU / IPVA) para subsídio das políticas públicas; distribuição de recursos entre os entes Federal, Estadual e Municipal;
- Sustentabilidade: autogestão e compromisso sociocultural;
- Legislação e Direito do Trabalho³⁷

Essas sugestões apresentam uma ampla variedade de temas. Muitas delas estão alinhadas diretamente com o que foi proposto na ementa, destacando a inserção no mundo do trabalho. Elas abrangem o estudo de diversas formações profissionais, alternativas de trabalho, renda e empreendedorismo. Além disso, alguns temas se aproximam dos conteúdos tradicionais da história curricular, seguindo uma ordem cronológica que segue a partir das grandes transformações nos sistemas produtivos, a dicotomia entre capitalismo e socialismo, a industrialização e as diversas formas de trabalho ao longo do tempo.

Nesse sentido, o mundo do trabalho é visto como uma unidade. Não se destaca a diversidade de pessoas e suas experiências, a exemplo do que as pesquisas do campo da História Social do Trabalho demonstram: os trabalhadores livres, libertos, escravizados, rurais, industriais, precários. As sugestões não excluem a possibilidade de que haja espaço para essas discussões e reflexões. No entanto, as iniciativas ficam restritas à escolha individual do professor. Segundo Fernando Pureza e Juliana Barros, os documentos:

[...] não inviabilizam a elaboração de um Ensino da História Social do Trabalho crítico, em diálogo com a bibliografia acadêmica e voltado para a produção de sentidos sociais no dia-a-dia dos estudantes. Contudo, tais ações são relegadas diretamente às iniciativas individuais das escolas e dos professores. [...] No caso de uma História Social do Trabalho, ela se torna então uma demanda do professor e não uma política de Estado, voltada para a construção de uma cidadania crítica e consciente dos direitos da classe trabalhadora³⁸.

Outro aspecto pertinente é a reflexão sobre a importância da História Social do Trabalho, campo que cresceu nos últimos anos e ampliou a compreensão sobre o *trabalho* e seus sujeitos. Cláudio Batalha, ao analisar a historiografia sobre o tema, aponta que desde a década de 1990 houve uma expansão nas abordagens e enfoques das pesquisas, que se reverteu em publicações científicas e na criação de novos espaços acadêmicos. Como exemplo, podemos citar a criação do Grupo de Trabalho "Mundos

³⁷Ibidem, p. 24-25.

³⁸PUREZA, Fernando Cauduro; BARROS, Juliana da Silva. O Ensino da História Social do Trabalho: Visões panorâmicas a partir do currículo. In: Danilo Alves Bezerra; Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. (Org.). Ensino de história: teorias, práticas e novas abordagens. Volume 3: Patrimônio cultural, memórias, identidades e mundos do trabalho no ensino de História. 1 ed. Recife: Edupe, 2023, v. 3, p. 222.

do Trabalho" dentro da Associação Nacional de História (ANPUH), juntamente com seus eventos periódicos e a Revista Mundos do Trabalho, que tem contribuído para a expansão da produção de conhecimento na área³⁹.

Ainda de acordo com Batalha⁴⁰, percebe-se que as pesquisas vieram em uma crescente, abrangendo uma maior complexidade, com recortes geográficos e temporais cada vez mais amplos – com destaque à vasta produção sobre o Rio Grande do Sul. Atualmente, os estudos não se limitam apenas à história do trabalho do operariado fabril e do homem branco, mas buscam a inclusão de diversos grupos. Além disso, outra mudança importante observada é a inclusão de novas categorias analíticas e sociais como raça, etnia e gênero.

Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva são outros autores que analisaram a historiografia produzida desde a década de 1980. Eles evidenciam três vertentes de produções historiográficas. A primeira aborda as políticas de domínio pertinentes à escravidão, investigando as formas estratégicas com que os escravizados lidavam com a exploração. A segunda vertente foca na legislação social e trabalhista, na instituição da Justiça do Trabalho e no corporativismo sindical, discutindo as estruturas de dominação de classe. Já a terceira emerge como uma produção acadêmica empenhada em ampliar o campo documental, utilizando processos judiciais, imprensa operária, correspondências diplomáticas, fontes policiais e depoimentos orais. Essa abordagem, fundamentada nas experiências dos trabalhadores, visa compreender suas práticas para além da história do operariado fabril, masculino, branco e organizado, incorporando novos temas como mulheres trabalhadoras, trabalhadores negros escravizados, modos de organização fora da fábrica, a vida operária na fábrica, o cotidiano, o lazer e as condições de vida⁴¹.

Entretanto, apesar do aumento na diversidade dos estudos, essas perspectivas não estão presentes nos livros didáticos, sendo o conceito de *trabalho* pouco explorado em sala de aula. Os pesquisadores Claudiane da Silva, Luciana Wollmann e Samuel de Oliveira, membros do Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ressaltam que o discurso do empreendedorismo e protagonismo, presente na BNCC e alinhado à retórica neoliberal da educação, oculta a crescente precarização dos trabalhadores e elimina a

³⁹ BATALHA, Claudio H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cadernos AEL, Campinas, v. 14, n. 26, p. 13-47, 2009.

heterogeneidade sócio-histórica das experiências daqueles que estão inseridos no mundo do trabalho⁴².

Já a noção de “história vista de baixo”, perspectiva teórica abordada pelo historiador inglês Edward P. Thompson, preocupa-se, sobretudo, com a existência das classes subalternas⁴³, encontrando uma heterogeneidade nos sujeitos trabalhadores. Estes não são mais os homens, brancos, operários e sindicalizados. São também as mulheres, negras e negros, indígenas, trabalhadores de diferentes categorias e de identidades regionais e étnico-raciais. Conforme Juliana Barros e Fernando Pureza:

Reconhecer esses sujeitos trabalhadores e suas ações no processo histórico das relações de trabalho significa ir além de um “Mundo do Trabalho” e encontrar, portanto, Mundos do Trabalho, no seu plural – demarcando a heterogeneidade da sua experiência. Contudo, ao longo da BNCC evoca-se o Mundo do Trabalho em sua unidade, aquele tradicionalmente estabelecido pelas transformações econômicas e no qual as experiências dos trabalhadores são secundárias⁴⁴.

A reflexão sobre o reconhecimento dos sujeitos trabalhadores e suas ações no processo histórico aponta para a necessidade de superar essa concepção restrita de um único "Mundo do Trabalho". Ao enfatizar a existência de “Mundos do Trabalho”, no plural, postulado esse que ganhou notoriedade com a obra de Eric Hobsbawm⁴⁵, averiguamos a multiplicidade de experiências ao longo do tempo. No entanto, verifica-se que há uma contradição inerente à BNCC que, ao utilizar-se do conceito no singular, como uma unidade ou algo homogêneo, adere a uma perspectiva convencional que desconsidera a educação crítica.

Diante desse cenário, pode-se ponderar sobre a responsabilidade do professor de História ao buscar aproximar as produções recentes acerca dos mundos do trabalho com o componente “Mundo do Trabalho” do novo currículo do Ensino Médio. As habilidades e competências bem como as sugestões de objetos de conhecimento, dispostas no documento normativo, permitem uma relação dialógica com a História

⁴²OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de; TORRES, Claudiane; WOLLMANN, Luciana. A história social do trabalho em sala de aula. *CIÊNCIA HOJE*, v. 1, p. 1-7-7, 2022.

⁴³THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁴PUREZA, Fernando Cauduro; BARROS, Juliana da Silva. O Ensino da História Social do Trabalho: Visões panorâmicas a partir do currículo. In: Danilo Alves Bezerra; Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. (Org.). *Ensino de história: teorias, práticas e novas abordagens. Volume 3: Patrimônio cultural, memórias, identidades e mundos do trabalho no ensino de História*. 1 ed. Recife: Edupe, 2023, v. 3, p. 215.

⁴⁵ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre a História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Social do Trabalho. Afinal, discutir o mundo do trabalho vai muito além de abordar empregos, profissões e qualificação profissional.

As produções historiográficas sobre o Ensino de História do Trabalho

Nessa etapa da pesquisa, analiso as teses e dissertações produzidas no campo do Ensino de História articulados à História Social do Trabalho. Utilizei como critério de seleção os estudos que contenham dimensões propositivas e recursos didáticos sobre a temática. O objetivo é identificar o que tem sido produzido para contribuir com os professores da Educação Básica e como este campo de estudos emerge no currículo escolar. Procura-se, assim, compreender como essa produção contrasta com os conteúdos de História do componente “Mundo do Trabalho” proposto pelo Referencial Curricular Gaúcho.

Para realizar o levantamento utilizei como recorte temporal os anos de 2021 a 2023. Esse período justifica-se por ser o que contém trabalhos posteriores à aprovação da Lei da Reforma do Ensino Médio. A pesquisa foi realizada nos repositórios digitais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Lume), Universidade Federal de Pelotas (Guaiaca) e da Universidade Federal de Santa Maria (Manancial). Os descritores empregados foram “ensino de história”, “história do trabalho”, “trabalho e ensino médio”. É importante destacar que considerei igualmente investigações com foco no Ensino Fundamental, pois penso que as proposições didáticas podem ser adaptadas conforme a faixa etária. A partir da seleção dos trabalhos, procurei identificar os problemas de pesquisa e as proposições didáticas. No quadro abaixo podemos observar o resultado:

Título	Autor	Ano	Instituição	Orientador
História e trabalho na indústria do plástico: um relato de experiência sobre o trabalho como princípio educativo no ensino de História.	Rafael de Oliveira	2021	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Claudia Wasserman
Sociedade carbonífera, ensino de história e educação patrimonial: memória e esquecimento na compreensão das relações de classe, gênero e raça na cidade de Butiá (RS) no período entre 1936 e 1964, através da construção de maquetes por alunos dos 6º e 7º anos do ensino fundamental.	Alan Nunes Bica	2022	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Benito Bisso Schmidt

Chão de fábrica: uma proposta de criação de material paradidático sobre o trabalho feminino e a Revolução Industrial no Brasil e no mundo (séc. XIX e XX)	Débora de Quadros Rodrigues	2022	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Caroline Silveira Bauer (co-orientação de Caroline Pacievitch)
---	-----------------------------	------	---	--

Em sua dissertação para o Mestrado Profissional em Ensino de História, Rafael de Oliveira examinou o princípio educativo do trabalho aplicado ao ensino de história⁴⁶. Ele desenvolveu uma abordagem que adotasse uma perspectiva emancipatória, ou seja, para além da mera associação do trabalho à empregabilidade no mundo profissional. Sua análise foi feita a partir da observação de jovens que frequentam o Curso Técnico em Plásticos, integrado ao Ensino Médio, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), localizado no campus de Sapucaia do Sul. O autor desenvolveu uma proposta para o curso "História e Trabalho na Indústria do Plástico", com duração de 30 horas, por meio da plataforma AVA-Moodle. Na pesquisa, estabeleceu conexões entre os conceitos e os conteúdos abordados na disciplina a fim de observar e refletir sobre as transformações nas relações de trabalho e nos meios de produção presentes nas práticas da indústria do plástico.

Rafael de Oliveira auxilia na construção de pontes entre a universidade e a escola, possibilitando aos alunos a compreensão de conceitos e conteúdos de História, que reflitam sobre a sua futura profissão. Desse modo, ele almeja que os estudantes percebam-se na sua historicidade e compreendam-se como agentes históricos na sociedade. Essa problematização, a partir da ampliação das fontes documentais e das diversas formas de construir a aprendizagem, é fundamental para gerar reflexões e discussões que não sejam desconectadas das realidades dos educandos.

Já a dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História de Alan Nunes Bica apresenta uma ação didática envolvendo a criação de maquetes de patrimônios históricos materiais da cidade de Butiá. Essa iniciativa ocorreu em colaboração com alunos do sexto e sétimo ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental Venceslau Brás, localizada em Butiá/RS⁴⁷. A proposta fundamentou-se na compreensão das

⁴⁶OLIVEIRA, Rafael de. História E Trabalho na Indústria do Plástico: um relato de experiência sobre o trabalho como princípio educativo no ensino de História. 171f. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, 2021.

⁴⁷BICA, Alan Nunes. Sociedade Carbonífera, Ensino De História E Educação Patrimonial: Memória E Esquecimento Na Compreensão Das Relações De Classe, Gênero E Raça Na Cidade de Butiá (RS) no período entre 1936 e 1964 através da construção de maquetes por alunos dos 6º e 7º anos do ensino

discussões acerca do que é considerado patrimônio, abordando temas como a história do município de Butiá, a mineração de carvão e as experiências dos trabalhadores nesta região. O autor refletiu sobre as lutas e resistências relacionadas aos direitos trabalhistas, a Justiça do Trabalho, bem como abordou a perspectiva da interseccionalidade.

A proposição didática de Alan possibilita aos alunos a compreensão das complexas relações de classe, gênero e raça que estão entrelaçadas ao patrimônio. Saindo de uma simples análise de observação dos monumentos históricos, o autor proporciona condições para a construção de uma visão crítica da história curricular abordada em sala de aula. Essa abordagem produz sentidos que ultrapassam o espaço escolar, influenciando a percepção dos alunos sobre o município e a comunidade local.

Por fim, a dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História de Débora de Quadros Rodrigues oferece uma contribuição para a reflexão sobre o ensino da História Social do Trabalho, abordando o conceito de gênero e examinando questões pertinentes às mulheres durante a Revolução Industrial⁴⁸. A autora desenvolveu um material paradidático direcionado aos estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental de uma escola localizada no município de Novo Hamburgo. Embasado em pesquisas historiográficas, o instrumento abrange aspectos da Revolução Industrial passando pela história do trabalho no Brasil, a industrialização e o operariado brasileiro, culminando nos trabalhadores da indústria em Novo Hamburgo. Essa abordagem visa estabelecer uma conexão mais próxima com a realidade dos estudantes, proporcionando um debate sobre as desigualdades de gênero nas relações de trabalho.

Destaca-se, neste contexto, a relevância da atuação do ProfHistória como um espaço propício para abordar e solucionar os desafios identificados, através das dimensões propositivas que o programa estabelece. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) figura como Instituição Associada nesse programa de pós-graduação *stricto sensu* em Ensino de História, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com conceito 4 (quatro). Iniciado em 2013 e coordenado nacionalmente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o ProfHistória tem como meta primordial proporcionar uma formação

fundamental. 299f. 2022. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, 2022.

⁴⁸RODRIGUES, Débora de Quadros. Chão de fábrica: uma proposta de criação de material paradidático sobre o trabalho feminino e a Revolução Industrial no Brasil e no mundo (séc. XIX e XX). 93f. 2022. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, 2022.

continuada que eleve a qualidade do ensino de história na Educação Básica, resultado de uma colaboração importante estabelecida entre Escolas e Universidades.

As três pesquisas analisadas se aproximam da perspectiva de um ensino da História Social do Trabalho comprometido em não reproduzir as relações de dominação social e a marginalização de sujeitos no espaço escolar. As práticas e estratégias desenvolvidas foram construídas de forma a possibilitar reflexões sobre as potencialidades dos alunos, aproximando deles novas problematizações e incentivando-os a participar, à sua maneira, do processo de ensino e aprendizagem. É cabível afirmar que os trabalhos arrolados não apenas oportunizam aos estudantes uma maior identificação com os “mundos do trabalho”, como os instiga a pensar sobre a comunidade em que vivem e sobre a realidade de suas famílias que estão inseridas na sociedade como trabalhadores.

Seguindo nessa trilha reflexiva, Fernando Seffner e Nilton Mullet Pereira⁴⁹ apontam que as aulas de História são um espaço em que os alunos atribuem sentido ao passado e ao mundo ao seu redor. A partir da troca entre o professor, o conteúdo e os alunos, o tempo pretérito se materializa, saindo da abstração. Essa aproximação com as produções historiográficas, com uma ampliação das fontes documentais, ajudam a construir uma aprendizagem significativa, com discussões que incorporem sentido às realidades sociais dos educandos.

Abordar temáticas relacionadas à importância dos direitos trabalhistas, do protagonismo e das lutas dos trabalhadores ao longo da história, especialmente em um contexto de vigência da Reforma Trabalhista (2017) e de intensas discussões políticas acerca de projetos como o Escola Sem Partido, torna urgente o destaque do trabalhador como agente histórico. Problematizar as relações de classe, raça e gênero e a complexidade do mundo do trabalho é fundamental para a construção de uma história cujos focos são os povos trabalhadores e suas lutas por melhores condições de vida. Paulo Freire, no texto “Ensinar exige apreensão da realidade”⁵⁰, nos diz que o aprendizado verdadeiro e pleno não advém da simples memorização. Portanto, a educação não deve ser feita para que os alunos se adaptem ao mundo, não é para se prender aos fatalismos neoliberais, não é para domesticar, mas para aprender e criar. É

⁴⁹ PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008, p. 119

⁵⁰Freire, Paulo. Ensinar não é transferir conhecimento. *In*. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019, p. 28-36.

para que os alunos se tornem capazes de intervir e transformar o mundo e as realidades em que vivem.

Considerações finais

Diante do exposto ao longo do artigo, observamos que há um crescimento nas pesquisas sobre História do Trabalho. Entretanto, ao buscar aquelas diretamente relacionadas à Educação Básica no Rio Grande do Sul, verificamos que não existe um número expressivo. Assim, se faz necessário que a produção universitária alcance as salas de aula a fim de contribuir para que os estudantes se percebam como parte desse contexto. Torna-se necessário que as temáticas relacionadas aos mundos do trabalho sejam abordadas pelo professor. Ele desempenha um papel importante ao contestar a lógica dos documentos normativos, que, muitas vezes, adota a perspectiva mercadológica. Essas temáticas devem ser tratadas como categoria histórica e analítica, permitindo que o aluno desenvolva sua consciência crítica e elabore seu projeto de vida.

Finalizando essa pesquisa, questiono-me se é possível que o Componente Curricular Obrigatório Mundo do Trabalho sirva como ponto de apoio para fortalecer os debates sobre o Ensino de História Social do Trabalho na Educação Básica. Penso que sim, uma vez que o aumento nas produções historiográficas pode ser uma ponte entre academia e escola, levando à problematização do conceito de *trabalho* e a uma abordagem de sua diversidade.

No momento em que redijo esse trabalho, as alterações no currículo do Novo Ensino Médio não foram votadas. Existe um forte movimento de professores, profissionais da educação e alunos para que ele seja revogado. O desafio, no entanto, persiste: compreender formas nas quais seja possível conceber a abordagem histórica nas escolas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada e contextualizada das dinâmicas sociais e econômicas. Como nos aponta Paulo Freire, o educador, sozinho, não tem o poder de negar as reformulações neoliberais que, cada vez mais, marcam a educação. Todavia, como sujeito político e na coletividade, pode posicionar-se contra essas medidas e buscar construir uma educação que se contraponha aos fatalismos neoliberais.

Referências

ALFANO, Bruno. Enem 2023: aluna do novo ensino médio fará a prova sem ter tido Química, Física, Biologia, Sociologia, História e Geografia no 3º ano. O Globo, 12 de nov. de 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/enem-e-vestibular/noticia/2023/11/12/enem-2023-aluna-do-novo-ensino-medio-fara-a-prova-sem-ter-tido-quimica-fisica-biologia-so-ciologia-historia-e-geografia-no-3o-ano.ghtml>> Acesso em: 10 de jan. de 2023.

BARROS, José D'Assunção. A Revisão Bibliográfica – Uma Dimensão Fundamental para o Planejamento Da Pesquisa. Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, Juiz de Fora, v. 13, n. , p. 103-111, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18708/9826>> Acesso em: 15 jan. 2024.

BATALHA, Claudio H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006

BELOTI, Adriana. GRZECA, Francini Carla. BOHRER, Marcos. Novo Ensino Médio: Análise E Projeções: Entrevista com Daniel Cara. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 12, n. 23, jan./jun. 2023

BICA, Alan Nunes. **Sociedade Carbonífera, Ensino De História E Educação Patrimonial: Memória E Esquecimento Na Compreensão Das Relações De Classe, Gênero E Raça Na Cidade de Butiá (RS) no período entre 1936 e 1964 através da construção de maquetes por alunos dos 6º e 7º anos do ensino fundamental.** 299f. 2022. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, 2022.

BRASIL. Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm> Acesso em: 10 dez. 2023.

_____.Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CARA, DANIEL. Reforma do Ensino Médio é um retorno piorado à década de 90. Instituto Humanitas Unisinos, 10, fev. 2017. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/564734-reforma-do-ensino-medio-e-um-retorno-piorado-a-decada-de-90>> Acesso em: 10 jan. 2023.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cadernos AEL, Campinas, v. 14, n. 26, p. 13-47, 2009.

CÔRREA, A.; MORGADO, J. C. O emaranhado de fios que envolve os contextos de influência e de produção da BNCC. Revista Teias, v. 20, n. 59, out./dez. 2019, p. 235-250.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os Reformadores Empresariais da Educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, p. 379-404, 2012.

GIL, Carmen Z. V.; SEFFNER, Fernando. Dois monólogos não fazem um diálogo: jovens e ensino médio. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 175-192. jan/mar 2016.

HOBBSAWM, Eric. Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre a História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 3, p.1530-1555, out./dez. 2014.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun., 2017.

OCAÑA-FERNÁNDEZ, Yolvi; FUSTER-GUILLÉN, Doris. A revisão bibliográfica como metodologia de pesquisa. Revista Tempos e Espaços em Educação, São Cristóvão, v. 14, n. 33, p. e15614, 2021. DOI: 10.20952/revtee.v14i33.15614. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/15614>. Acesso em: 15 jan. 2024.

OLIVEIRA, Rafael de. **História E Trabalho Na Indústria Do Plástico: um relato de experiência sobre o trabalho como princípio educativo no ensino de História**. 171f. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, 2021.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de; TORRES, Claudiane ; WOLLMANN, Luciana. A história social do trabalho em sala de aula. CIÊNCIA HOJE, v. 1, p. 1-7-7, 2022.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.

PUREZA, Fernando Cauduro; BARROS, Juliana da Silva . O Ensino da História Social do Trabalho: Visões panorâmicas a partir do currículo. In: Danilo Alves Bezerra; Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. (Org.). Ensino de história: teorias, práticas e novas abordagens. Volume 3: Patrimônio cultural, memórias, identidades e mundos do trabalho no ensino de História. 1 ed. Recife: Edupe, 2023, v. 3, p. 205-224.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Itinerários Formativos Componentes Obrigatórios. Disponível em: <https://ensinomediogaicho.educacao.rs.gov.br/> Acesso em 10 dez. 2023.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Referencial Curricular Gaúcho - Ensino Médio, 2021. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/24135335-referencial-curricular-gaucha-em.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2023.

_____. Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Unidades Curriculares Eletivas Complementares. Disponível em: <<https://ensinomediogaucha.educacao.rs.gov.br/>> Acesso em 10 dez. 2023.

RODRIGUES, Débora de Quadros. **Chão de fábrica: uma proposta de criação de material paradidático sobre o trabalho feminino e a Revolução Industrial no Brasil e no mundo (séc. XIX e XX)**. 93f. 2022. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, 2022.

SANTOS, Emily. Após críticas e consulta pública, projeto de lei que muda Novo Ensino Médio é enviado para o Congresso. G1, 24. out. de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/10/24/apos-criticas-e-consulta-publica-so-bre-reforma-mec-apresenta-proposta-para-novo-ensino-medio.ghtml>> Acesso em: 10 dez. 2023.

TEÓFILO, Sarah. Alckmin diz que vai conversar com Lira para acelerar o novo ensino médio. Metrópoles, 28 dez. de 2023. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/alckmin-diz-que-vai-conversar-com-lira-para-acelerar-novo-ensino-medio>> Acesso em: 28 dez. 2023.

THOMPSON, E. P. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.